RELATO

REVISTA DE EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
Extifal, Maceió, v. 4, n. especial 2, p. 18-35, 2026, ISSN: 23189495
https://periodicos.ifal.edu.br/extifal
Recebido em: 31/05/2026; Aceito em: 04/09/2026; Publicado em: 19/11/2026

CONHECER PARA ENFRENTAR: EXTENSÃO, RACISMO INSTITUCIONAL E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

UNDERSTANDING IN ORDER TO CONFRONT: EXTENSION, INSTITUTIONAL RACISM, AND ANTI-RACIST EDUCATION

Cristiane de Sousa Florêncio[1]; Francêlio Angelo de Oliveira[2]

[1]Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará-IFCE/ Campus Sobral. Autora correspondente: cristiane.florencio@ifce.edu.br; [2]Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará-IFCE/ Campus Quixadá.

RESUMO: Este relato de experiência apresenta a estruturação, os desafios e os impactos do minicurso "Racismo no Brasil: conhecer para enfrentar", ação extensionista desenvolvida pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do Instituto Federal do Ceará, campus Acaraú, entre abril e maio de 2020, em contexto de distanciamento social decorrente da pandemia de Covid-19. Contextualizada na necessidade de implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 na Rede Federal, a ação objetivou promover formação antirracista por meio do debate crítico sobre racismo institucional e mito da democracia racial. O minicurso teve carga horária de 20 horas, limite de 30 vagas preenchidas rapidamente e envolveu docentes, estudantes, integrantes do NEABI, professores das redes públicas e comunidade externa urbana e rural de Acaraú, Cruz e Itarema. As atividades ocorreram integralmente em formato remoto, com uso integrado de tecnologias digitais para leituras orientadas, fóruns, chats, videoconferência interinstitucional, transmissão ao vivo, produção de resenha e elaboração de vídeos curtos pelos cursistas. Os resultados evidenciaram engajamento da comunidade, ampliação do debate antirracista para além dos inscritos, fortalecimento de parceria interinstitucional, produção de 24 vídeos e consolidação do NEABI como agente de formação cidadã e promoção de políticas públicas educacionais. Conclui-se que a experiência reafirmou a extensão como espaço de interação dialógica, letramento racial, produção autoral e fortalecimento de práticas educativas comprometidas com a igualdade racial e a transformação social.

Palavras-chave: Extensão universitária. Relações étnico-raciais. NEABI. Educação antirracista. Letramento racial.

ABSTRACT: This experience report presents the structure, challenges, and impacts of the short course "Racism in Brazil: knowing to confront," an extension activity developed by the Center for Afro-Brazilian and Indigenous Studies at the Federal Institute of Ceará, Acaraú campus, between April and May 2020, in the context of social distancing resulting from the Covid-19 pandemic. Grounded in the need to implement Laws No. 10.639/2003 and No. 11.645/2008 within the Federal Network, the action aimed to promote anti-racist education through critical debate on institutional racism and the myth of racial democracy. The short course had a workload of 20 hours, a limit of 30 places that were quickly filled, and involved teachers, students, NEABI members, public school teachers, and external community members from urban and rural areas of Acaraú, Cruz, and Itarema. The activities were carried out entirely remotely, using digital technologies to support guided readings, forums, chats, an interinstitutional videoconference, a live broadcast, written reviews, and short videos produced by the participants. The results showed community engagement, expansion of the anti-racist debate beyond enrolled participants, strengthening of an interinstitutional partnership, production of 24 videos, and consolidation of NEABI as an agent of citizenship education and promotion of educational public policies. It is concluded that the experience reaffirmed extension as a space for dialogical interaction, racial literacy, authorship, and the strengthening of educational practices committed to racial equality and social transformation.

Keywords: University extension. Ethnic-racial relations education. NEABI. Anti-racist education. Racial literacy.

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

INTRODUÇÃO

O racismo no Brasil compõe as bases estruturais de sua formação histórica, social e política, manifestando-se tanto nas relações interpessoais quanto nas práticas, rotinas e formas de funcionamento das instituições. Longe de se restringir a atitudes individuais, o racismo opera como mecanismo de produção e reprodução de desigualdades, afetando o acesso da população negra à educação, ao trabalho, à renda, à representação social e à cidadania.

Historicamente, essa realidade foi mascarada pelo mito da democracia racial, que naturalizou opressões, ocultou assimetrias raciais e contribuiu para isentar a sociedade e o Estado de responsabilidades diante dos efeitos persistentes da escravidão e do pós-abolição (Domingues, 2005). Nesse sentido, compreender o racismo como fenômeno estrutural e institucional constitui condição fundamental para práticas educativas comprometidas com a justiça social e com a construção de uma cultura antirracista.

O racismo institucional manifesta-se em práticas, rotinas, procedimentos e omissões institucionais que podem produzir ou reproduzir desigualdades raciais, inclusive quando operam sob aparência de neutralidade. Santos (2013) evidencia que tais mecanismos dificultam o reconhecimento das desigualdades concretamente vividas pela população negra e contribuem para a reprodução de assimetrias no acesso a direitos. Nessa mesma direção, Bento (2022) permite compreender que a reprodução dessas desigualdades está associada ao pacto da branquitude, entendido como um acordo tácito de preservação de privilégios, silenciamento das responsabilidades históricas e manutenção de hierarquias raciais. Assim, discutir o mito da democracia racial, o racismo institucional e a branquitude em espaços educativos torna-se estratégia necessária para desnaturalizar violências raciais cotidianas e fortalecer práticas sociais de enfrentamento do racismo.

A promulgação da Lei nº 10.639/2003, posteriormente ampliada pela Lei nº 11.645/2008, representou um marco político-pedagógico para a educação brasileira ao tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena nos currículos escolares. Tais dispositivos, articulados às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, reafirmam a necessidade de revisão dos currículos, das práticas pedagógicas e das formas de produção do conhecimento no interior das instituições de ensino (Brasil, 2003; Brasil, 2008; Silva,

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

2004). Nessa direção, Gomes (2012) ressalta a necessidade de descolonização dos currículos, de modo a enfrentar silêncios históricos e reconhecer a população negra como protagonista de saberes, lutas, culturas e experiências. Portanto, a Educação das Relações Étnico-Raciais não deve se limitar à inserção de conteúdos, mas precisa problematizar os privilégios, os silenciamentos e as estruturas institucionais que historicamente produziram a branquitude como norma.

No âmbito da extensão, a relevância social, educacional e comunitária dessa temática relaciona-se aos princípios da interação dialógica, da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, da interdisciplinaridade e do compromisso com a transformação social, conforme orientam a Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012) e a Resolução CNE/CES nº 7/2018. No contexto específico da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, essas diretrizes são complementadas por documentos que orientam a extensão a partir da interação dialógica com a sociedade, da consideração da territorialidade e da participação da comunidade externa (FORPROEXT, 2015). No IFCE, a Política de Extensão vigente à época da realização da ação também vinculava as práticas extensionistas às demandas sociais e ao desenvolvimento local e regional (IFCE, 2019).

Sob essa perspectiva, a educação popular freiriana contribui para compreender que o enfrentamento ao racismo não se realiza por práticas verticalizadas, mas por relações democráticas e integradoras, nas quais instituição e comunidade ensinam e aprendem mutuamente na leitura crítica da realidade (Freire, 1996).

Neste trabalho, o território não é compreendido apenas como delimitação geográfica da área de abrangência da ação, mas como espaço social, histórico e político no qual se constituem relações, identidades, desigualdades e demandas educacionais. No caso da ação relatada, essa perspectiva permite considerar a presença de participantes de contextos urbanos e rurais de Acaraú, Cruz e Itarema e situar o debate sobre racismo institucional em relação às experiências educacionais e comunitárias do público envolvido, sem reduzir o território à localização geográfica da atividade.

É nesse contexto que se insere o minicurso “Racismo no Brasil: conhecer para enfrentar”, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), campus Acaraú. A ação foi realizada entre abril e maio de 2020, em contexto marcado pela pandemia de Covid-19, abrangendo sujeitos da comunidade interna e externa,

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

incluindo docentes, estudantes, professores das redes públicas e participantes de contextos urbanos e rurais de Acaraú, Cruz e Itarema. A proposta articulou leituras orientadas, debates virtuais, produção audiovisual e diálogo comunitário, tendo como eixos o racismo institucional e o mito da democracia racial.

Na Rede Federal, os NEABIs atuam como espaços estratégicos de promoção da Educação das Relações Étnico-Raciais, articulando formação, produção de conhecimento, valorização identitária e enfrentamento ao racismo (Araújo; Melo; Ribeiro, 2025; Souza; Rodrigues, 2025). Nesse sentido, a atuação do NEABI no projeto configurou-se como prática institucional de extensão, formação cidadã e intervenção social no território.

Diante disso, este relato de experiência tem como objetivo apresentar e discutir a estruturação, os desafios e os impactos sociais da execução do projeto de extensão “Racismo no Brasil: conhecer para enfrentar”, evidenciando suas contribuições para a formação antirracista, para a atuação extensionista do NEABI e para a implementação da Educação das Relações Étnico-Raciais no âmbito da Rede Federal.

METODOLOGIA

Este relato de experiência sistematiza a ação extensionista “Racismo no Brasil: conhecer para enfrentar”, desenvolvida pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Acaraú. Compreende-se o relato de experiência como uma modalidade de produção acadêmica que organiza e interpreta vivências relevantes, articulando descrição, fundamentação teórica e reflexão crítica sobre uma prática realizada (Daltro; Faria, 2019; Mussi; Flores; Almeida, 2021). Nessa perspectiva, a sistematização aqui apresentada não assume caráter experimental ou investigativo, mas busca refletir sobre o desenho, os desafios, os aprendizados e os efeitos formativos e sociais da ação extensionista.

A ação foi organizada no formato de minicurso, vinculada à área temática de Direitos Humanos e Justiça e à linha de extensão étnico-racial, tendo como eixo central a formação antirracista a partir do debate sobre racismo institucional, mito da democracia racial e suas implicações históricas no cotidiano da população negra brasileira.

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

A experiência ocorreu entre abril e maio de 2020, no contexto de distanciamento social provocado pela pandemia de Covid-19, e configurou-se como a primeira iniciativa do NEABI Campus Acaraú executada integralmente em formato remoto. O minicurso teve carga horária de 20 horas e articulou atividades síncronas e assíncronas, mediadas por Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), como *Google Classroom, WhatsApp, Google Meet* e *Instagram*. O uso dessas ferramentas possibilitou a organização dos materiais, a comunicação com os participantes, a realização dos encontros virtuais e a ampliação pública do debate antirracista.

A proposta também se vinculou à trajetória anterior do NEABI Campus Acaraú, que já vinha desenvolvendo ações presenciais voltadas à valorização das culturas afro-brasileira, africana, quilombola e indígena. Essa experiência prévia favoreceu a continuidade da agenda extensionista em formato remoto, em diálogo com demandas sociais e educacionais do território.

O público foi composto por integrantes da comunidade interna e externa ao IFCE, incluindo docentes, estudantes, integrantes do NEABI, professores das redes públicas municipal e estadual e demais interessados na temática. A ação reuniu 30 participantes, dos quais 14 pertenciam à comunidade externa e 16 integravam a comunidade interna do IFCE. Entre os participantes externos, quatro eram docentes da educação básica das redes públicas de ensino e dez eram estudantes ou interessados na temática**.** Na comunidade interna, 12 eram estudantes, dos quais sete vinculados a cursos de licenciatura, e quatro eram docentes do IFCE, sendo um do Campus Acaraú e três de outros campi: Quixadá, Maracanaú e Aracati. A ação alcançou participantes de contextos urbanos e rurais de diferentes municípios e localidades do Ceará, incluindo Acaraú, Cruz, Itarema, Fortaleza, Quixadá, Bela Cruz, Marco, Jijoca de Jericoacoara, Paracuru e Camocim, predominando participantes de Acaraú e de municípios circunvizinhos. O perfil do público foi diverso, com predominância de participantes entre 20 e 39 anos e escolaridade abrangendo níveis médio/técnico, graduação e pós-graduação. O limite de participação foi definido em até 30 vagas, preenchidas em curto intervalo após a divulgação.

O percurso formativo foi organizado em etapas articuladas. Inicialmente, a equipe executora realizou o planejamento da proposta, a seleção dos textos de apoio, a definição das plataformas digitais, o cadastro da ação no sistema da Pró-reitoria de extensão SIGPROEXT para aprovação da coordenação e pró-reitora de extensão. Após aprovação houve a divulgação da chamada pública por redes sociais e canais

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

institucionais. Após formação da turma, ocorreu a ambientação dos participantes nos espaços virtuais. Como parte dos inscritos apresentou dificuldade inicial de acesso à plataforma, foram elaboradas orientações de uso, o que contribuiu para a permanência e participação no minicurso.

As atividades formativas foram estruturadas em dois eixos principais. O primeiro abordou o racismo institucional, com base na leitura orientada de texto de Ivair Augusto Alves dos Santos (2013) e na produção de resenha como exercício de sistematização crítica. O segundo discutiu o mito da democracia racial, a partir do texto de Petrônio Domingues (2005), articulando leitura, debate e produção de vídeo curto pelos participantes. Como recurso complementar, foi indicado o documentário *A última abolição*, dirigido por Alice Gomes, que aborda a escravidão no Brasil, o protagonismo negro na luta pela liberdade e as consequências da abolição para a população negra brasileira (A última..., 2018).

As atividades síncronas incluíram encontros virtuais, *chats* interativos, videoconferência, *live* aberta ao público e videoconferência interinstitucional. Entre os momentos formativos, destacou-se ainda a videoconferência “Um olhar sobre o racismo no Brasil”, realizada com a participação de docente vinculada ao Instituto Federal de Rondônia (IFRO) e integrante do Núcleo Brasileiro Latino-Americano e Caribenho de Estudos em Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais (NBLAC), que ampliou o diálogo entre diferentes experiências da Rede Federal e fortaleceu parcerias em torno da educação antirracista.

A participação da comunidade ocorreu por meio das leituras orientadas, interações nos ambientes virtuais, debates síncronos e elaboração de produções escritas e audiovisuais. A produção de vídeos constituiu a culminância da ação, totalizando 24 materiais elaborados pelos cursistas, nos quais foram expressas reflexões construídas ao longo da formação.

O acompanhamento da ação foi realizado de forma contínua pela equipe executora, considerando frequência, participação nos debates, interação nos ambientes virtuais e entrega das atividades propostas. A avaliação assumiu caráter formativo e reflexivo, sem finalidade punitiva, classificatória ou comparativa, voltada ao acompanhamento do envolvimento dos participantes e à verificação das condições necessárias para certificação. A Figura 1 sintetiza o percurso metodológico da ação extensionista.

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Figura 1 - Fluxo metodológico do minicurso “Racismo no Brasil: conhecer para enfrentar”



Fonte: elaboração própria (2026).

A reflexão apresentada na seção de discussão de resultados decorre da sistematização dos registros institucionais da ação, dos materiais de orientação do minicurso, das atividades desenvolvidas e dos resultados registrados pela equipe executora. Assim, a metodologia do relato de experiência evidencia o desenho da ação extensionista, os desafios enfrentados, as estratégias de mediação e os aprendizados produzidos no processo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A execução do minicurso “Racismo no Brasil: conhecer para enfrentar” revelou desdobramentos formativos, institucionais e sociais relacionados à formação antirracista e à continuidade da atuação extensionista do NEABI Campus Acaraú durante a pandemia de Covid-19. Ao ser desenvolvido em formato remoto, o minicurso

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

possibilitou a manutenção do diálogo com a comunidade em um contexto de suspensão das atividades presenciais, reafirmando a extensão como processo educativo, cultural, científico e político orientado pela interação dialógica, pela interdisciplinaridade e pelo compromisso com a transformação social (FORPROEX, 2012; Brasil, 2018).

No âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, essa compreensão também se articula às diretrizes que vinculam a extensão à interação com a sociedade, às demandas dos territórios e ao desenvolvimento local e regional (CONIF, 2013; FORPROEXT, 2015; IFCE, 2019).

Um primeiro efeito observado foi a rápida adesão da comunidade à proposta, com preenchimento das vagas em curto intervalo após a divulgação. Esse engajamento não deve ser compreendido apenas como procura por uma atividade formativa, mas como expressão de uma demanda social por espaços institucionais de debate sobre racismo e educação das relações étnico-raciais. Entre os 14 participantes da comunidade externa, quatro eram docentes da educação básica das redes públicas municipal e estadual. A adesão dos docentes sinaliza, de forma cautelosa, a pertinência da continuidade de ações formativas articuladas entre o IFCE, o NEABI e as redes públicas de ensino.

O minicurso também se relaciona à trajetória anterior do NEABI Campus Acaraú, que já havia desenvolvido ações voltadas à valorização das culturas afro-brasileira, africana, quilombola e indígena, fortalecendo vínculos com o território. Assim, o minicurso não surgiu de forma isolada, mas como continuidade de uma atuação extensionista vinculada às demandas sociais e educacionais da região.

Embora o formato remoto tenha ampliado o alcance da ação para diferentes municípios do Ceará, houve predominância de participantes de Acaraú e municípios circunvizinhos, evidenciando a inserção territorial do Campus e do NEABI na região. Essa inserção assume particular relevância diante das características históricas e socioculturais do Baixo Vale do Acaraú.

A realidade territorial em que o Campus Acaraú está inserido é atravessada por processos históricos de reconhecimento identitário e de luta pela garantia de direitos de comunidades indígenas e quilombolas. No Córrego dos Iús, comunidade quilombola situada entre Acaraú e Cruz, a trajetória de afirmação identitária está associada à luta pelo território e à regularização fundiária, em um contexto de conflitos com interesses privados incidentes sobre a área tradicionalmente ocupada (IFCE,

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

2018; Soares, 2023). O processo de regularização iniciado em 2014 teve o território delimitado pelo Incra em 2017 e reconhecido formalmente pelo órgão em 2023.

Estudos e ações extensionistas desenvolvidos pelo próprio IFCE Campus Acaraú já haviam evidenciado essas questões e promovido aproximações entre o NEABI e comunidades tradicionais da região, contribuindo para a valorização de suas histórias, memórias e patrimônios culturais (Florêncio; Oliveira, 2023). Essa trajetória mostra que a atuação do núcleo se articula a questões étnico-raciais concretamente presentes no território.

Nessa perspectiva, as relações étnico-raciais no território envolvem não apenas dimensões culturais e identitárias, mas também processos de reconhecimento institucional e de garantia de direitos. O debate sobre racismo institucional adquire, assim, uma dimensão local ao possibilitar a reflexão sobre como práticas, procedimentos e omissões institucionais podem contribuir para o reconhecimento ou invisibilização de sujeitos, saberes e identidades historicamente presentes na região.

A abrangência territorial da ação reforçou o papel social do IFCE Campus Acaraú na promoção de práticas educativas comprometidas com o território. A presença de docentes, estudantes, integrantes da comunidade interna e participantes externos favoreceu um ambiente plural de aprendizagem, no qual o debate sobre racismo institucional pôde ser relacionado a diferentes experiências educacionais, profissionais e comunitárias. Essa dinâmica dialoga com Freire (1996), ao compreender a educação como prática dialógica, construída na relação entre sujeitos, saberes e leitura crítica da realidade.

A experiência também evidencia que a implementação da Educação das Relações Étnico-Raciais não se efetiva apenas pela existência de marcos legais, como as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Sua concretização exige práticas institucionais capazes de tensionar currículos, procedimentos, relações institucionais e relações de poder. Nesse sentido, o minicurso contribuiu para aproximar a ERER do cotidiano extensionista, articulando formação crítica, participação comunitária e produção autoral. Essa perspectiva dialoga com Gomes (2012; 2017), ao ressaltar que a educação antirracista exige a descolonização dos currículos e o reconhecimento da população negra como produtora de saberes, lutas e experiências históricas.

A atuação do NEABI foi outro resultado relevante da experiência. A ação consolidou o núcleo como agente institucional de formação antirracista, não apenas pela oferta do minicurso, mas por sua capacidade de articular sujeitos, temas, redes

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

e práticas educativas em um contexto adverso. Essa interpretação converge com Araújo, Melo e Ribeiro (2025) e Souza e Rodrigues (2025), que compreendem os NEABIs como espaços estratégicos de promoção da igualdade étnico-racial, fortalecimento identitário, mobilização institucional e construção de práticas pedagógicas antirracistas na Educação Profissional e Tecnológica.

A partir desse percurso, os principais resultados da ação podem ser sintetizados em dimensões articuladas, que expressam os efeitos formativos, sociais e institucionais produzidos pela experiência extensionista, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Síntese da ação extensionista e dos resultados alcançados

Dimensão da ação	Estratégias desenvolvidas	Resultados alcançados	Interpretação dos efeitos
Mobilização comunitária	Divulgação em redes sociais, site institucional e formulário digital	Preenchimento rápido das vagas e participação de sujeitos da comunidade externa, incluindo docentes das redes públicas de ensino.	Evidenciou demanda social por formação antirracista e reconhecimento do NEABI como referência no território, além de sinalizar interesse por formação continuada em ERER entre docentes das redes públicas participantes.
Formação conceitual	Leitura e debate sobre racismo institucional e mito da democracia racial	Apropriação de categorias centrais para compreender o racismo no Brasil	Deslocou o debate do plano individual para a análise histórica, estrutural e institucional
Mediação digital	Uso de Google *Classroom, WhatsApp, Google Meet* e *Instagram*	Continuidade da ação em formato remoto e ampliação do alcance público	Demonstrou possibilidades e limites das tecnologias digitais na extensão, incluindo desafios de acesso e permanência
Interação em rede	*Live*, videoconferência e participação de convidada vinculada ao IFRO/NBLAC	Ampliação do debate para além dos inscritos e fortalecimento de parceria interinstitucional	Reforçou a atuação dos NEABIs como redes de circulação de saberes e práticas antirracistas
Produção autoral	Elaboração de resenhas e vídeos curtos pelos participantes	Produção de materiais audiovisuais como culminância formativa	Favoreceu o protagonismo dos cursistas e a circulação de narrativas antirracistas
Fortalecimento institucional	Realização da primeira ação remota do NEABI durante a pandemia	Continuidade da agenda extensionista em contexto adverso	Consolidou o NEABI como agente de implementação da ERER e de promoção de cultura institucional antirracista

Fonte: elaborado pelos autores (2026).

Do ponto de vista formativo, a organização do minicurso em dois eixos, racismo institucional e mito da democracia racial, favoreceu a construção de uma leitura crítica sobre a sociedade brasileira. O primeiro eixo contribuiu para compreender o racismo para além de atitudes individuais, evidenciando sua presença nas práticas, omissões

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

e estruturas institucionais. Essa abordagem dialoga com Santos (2013), ao demonstrar que o racismo opera nos sistemas de garantia de direitos e nas instituições, muitas vezes por meio de mecanismos que neutralizam sua gravidade e dificultam o reconhecimento de seus efeitos. O segundo eixo, dedicado ao mito da democracia racial, possibilitou problematizar uma das narrativas centrais de ocultamento das desigualdades raciais no Brasil, conforme discutem Domingues (2005) e Hasenbalg (1979).

A análise dos resultados também permite aproximar a experiência da crítica à branquitude. Bento (2022) demonstra que a manutenção das hierarquias raciais envolve pactos de silêncio, autopreservação e proteção de privilégios, especialmente em espaços institucionais. Nesse sentido, ao discutir racismo institucional e mito da democracia racial, o minicurso não apenas abordou a população negra como grupo historicamente oprimido, mas também abriu caminho para problematizar as estruturas que sustentam privilégios raciais e produzem o silenciamento das responsabilidades sociais e institucionais. Essa dimensão crítica é fundamental, pois práticas antirracistas não podem se limitar à valorização da cultura afro-brasileira; precisam também interrogar as bases institucionais e simbólicas que reproduzem desigualdades.

A utilização do documentário *A última abolição* (A ÚLTIMA..., 2018) ampliou a densidade pedagógica da experiência, ao relacionar os textos estudados a narrativas audiovisuais sobre escravidão, abolição, resistência negra e pós-abolição. Esse recurso favoreceu uma abordagem interdisciplinar, articulando história, sociologia, direitos humanos, educação e linguagem audiovisual. Ao destacar o protagonismo negro, a atividade contribuiu para deslocar leituras que reduzem a população negra à condição de vítima, permitindo compreendê-la também como produtora de resistência, memória e ação política, em diálogo com a necessidade de romper com currículos eurocentrados (Gomes, 2012; Munanga, 2005).

As mediações digitais constituíram, simultaneamente, potencialidade e desafio. O uso de ambientes virtuais, redes sociais, encontros síncronos e transmissões abertas permitiu ampliar o alcance da ação para além dos inscritos formais, fortalecendo sua dimensão extensionista. Nesse sentido, as tecnologias digitais funcionaram como mediações culturais para circulação de narrativas antirracistas e construção de espaços formativos fora dos formatos presenciais tradicionais (Santos, 2011).

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Contudo, as dificuldades iniciais de acesso à plataforma evidenciaram que ações remotas podem reproduzir barreiras relacionadas ao letramento digital, à familiaridade com ambientes virtuais e às condições materiais de participação. A elaboração de orientações de acesso e o uso de redes sociais mais populares foram estratégias importantes de mediação e permanência.

A produção audiovisual pelos participantes constituiu um dos principais efeitos formativos da ação. Mais do que produto final, os vídeos expressaram a apropriação crítica dos temas trabalhados e deslocaram os cursistas da posição de receptores de conteúdo para a condição de produtores de sentidos sobre o racismo no Brasil. Sob uma perspectiva freiriana, esse processo pode ser compreendido como exercício de leitura crítica da realidade (Freire, 1996). Também se aproxima das metodologias ativas, uma vez que a produção de vídeos favoreceu autonomia, criatividade e protagonismo na construção do conhecimento (Bacich; Moran, 2018).

Nessa direção, hooks (2013), ao defender a educação como prática de liberdade, contribui para compreender que processos formativos críticos devem favorecer o reconhecimento das experiências, o diálogo e a construção de comunidades de aprendizagem comprometidas com a justiça. Assim, o minicurso fortaleceu o papel da instituição e de seus educadores na construção contínua de um modelo educacional democrático, inclusivo e antirracista.

Apesar dos resultados alcançados, a experiência também revelou limites. A ação promoveu sensibilização, debate e produção autoral, mas uma atividade pontual não é suficiente para transformar estruturas institucionais marcadas por racismo, silenciamento ou descontinuidade das políticas de ERER. O próprio interesse da comunidade e a participação nas atividades indicam a necessidade de continuidade, expansão e institucionalização de ações formativas dessa natureza. Nesse contexto, a participação de docentes das redes públicas reforça a pertinência de ações continuadas de formação em Educação das Relações Étnico-Raciais, construídas em articulação com as redes de ensino e atentas às demandas educacionais do território. Como argumenta Almeida (2019), o enfrentamento ao racismo exige práticas antirracistas permanentes, e não apenas manifestações de repúdio ou sensibilizações isoladas.

De modo interpretativo, os resultados podem ser compreendidos em quatro dimensões articuladas. A dimensão formativa expressou-se na apropriação crítica dos conteúdos e na produção autoral dos participantes. A dimensão social evidenciou-se

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

pela ampliação do debate antirracista para além do grupo inscrito e pelo diálogo com sujeitos de diferentes contextos territoriais. A dimensão institucional materializou-se no fortalecimento do NEABI como agente de extensão e de implementação da ERER. A dimensão política revelou-se na problematização do racismo institucional, do mito da democracia racial e das estruturas de silenciamento que sustentam desigualdades raciais.

Portanto, a experiência “Racismo no Brasil: conhecer para enfrentar” evidencia que ações extensionistas de educação das relações étnico-raciais podem contribuir para a formação crítica, a mobilização comunitária e o fortalecimento de práticas institucionais antirracistas. Ao articular leitura, debate, audiovisual, mídias digitais e participação comunitária, o minicurso reafirmou a extensão como espaço de práxis educativa e enfrentamento das desigualdades raciais, demonstrando que conhecer criticamente o racismo é passo fundamental para enfrentá-lo no cotidiano das instituições de ensino e nos territórios em que elas atuam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relato de experiência teve como objetivo apresentar e discutir a estruturação, os desafios e os impactos sociais do minicurso “Racismo no Brasil: conhecer para enfrentar”, desenvolvido pelo NEABI do IFCE Campus Acaraú. A experiência evidenciou a potência da extensão como estratégia de implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 na Rede Federal, ao articular fundamentos legais, referenciais teóricos críticos e metodologias participativas voltadas à Educação das Relações Étnico-Raciais.

No plano formativo, a ação possibilitou que os participantes se aproximassem de categorias fundamentais para o letramento racial, relacionando os conteúdos estudados às suas experiências educacionais, profissionais e territoriais. Mais do que absorver conceitos, os sujeitos envolvidos foram estimulados a produzir sentidos sobre os temas debatidos, deslocando-se da condição de receptores de conteúdo para a de produtores ativos de saberes. A produção de resenhas e vídeos curtos constituiu um elemento importante desse processo, pois estimulou o protagonismo dos cursistas e a elaboração de narrativas próprias sobre o enfrentamento ao racismo.

No plano social, comunitário e institucional, o minicurso fortaleceu o vínculo entre o IFCE Campus Acaraú, o NEABI e os territórios atendidos, com predominância

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

de participantes de Acaraú e municípios circunvizinhos e alcance de cursistas de outras localidades do Ceará. A participação da comunidade externa, incluindo docentes das redes públicas de ensino, reforçou a dimensão dialógica da ação e a aproximação entre a formação antirracista e as demandas educacionais do território. A análise da inserção territorial do campus também evidenciou que esse contexto é marcado pela presença histórica de comunidades indígenas e quilombolas e por processos de reconhecimento identitário e de garantia de direitos, conferindo concretude local às discussões sobre relações étnico-raciais e racismo institucional.

A realização da primeira ação remota do núcleo durante a pandemia demonstrou sua capacidade de adaptação diante de um contexto adverso, utilizando tecnologias digitais como mediações possíveis para a continuidade da agenda extensionista, a ampliação do alcance público da proposta e a promoção de práticas educativas antirracistas.

Entre as limitações observadas, destacam-se os desafios de acesso e letramento digital, que exigiram estratégias de mediação para favorecer a permanência dos participantes, e o próprio caráter pontual da ação, insuficiente para transformar de forma permanente estruturas institucionais marcadas por silenciamentos, resistências e desigualdades raciais. Esses limites indicam a necessidade de continuidade, institucionalização e aprofundamento da proposta, de modo que a formação antirracista integre uma agenda permanente do campus. A participação de docentes das redes públicas também sinaliza a relevância de iniciativas continuadas de formação em Educação das Relações Étnico-Raciais articuladas com as redes de ensino, sem que essa participação, isoladamente, permita caracterizar as necessidades formativas dessas redes em sua totalidade.

Como possibilidades de continuidade, recomenda-se a realização de novas edições do minicurso em formato híbrido ou presencial, a criação de módulos formativos sobre branquitude, racismo institucional, mito da democracia racial e história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, bem como a produção de materiais pedagógicos voltados à educação básica e à Educação Profissional e Tecnológica. A experiência também apresenta potencial de replicação em outros campi da Rede Federal, desde que consideradas as características históricas, sociais e étnico-raciais de cada território e fortalecidas as parcerias interinstitucionais entre NEABIs e as redes de ensino.

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Conclui-se que o minicurso “Racismo no Brasil: conhecer para enfrentar” reafirma a extensão como espaço de práxis educativa, diálogo social e enfrentamento das desigualdades raciais. A experiência demonstra ainda a importância de relacionar a formação antirracista às realidades concretas dos territórios em que as instituições educacionais estão inseridas. Conhecer criticamente o racismo, em suas dimensões históricas, institucionais e simbólicas, é condição fundamental para enfrentá-lo no cotidiano das instituições de ensino e nos territórios em que elas atuam.

REFERÊNCIAS

A ÚLTIMA abolição. Direção e roteiro: Alice Gomes. Supervisão artística: Jeferson De. Produção executiva: Tathiana Mourão. Brasil: Gávea Filmes; Esmeralda Produções; Globo Filmes; Globo News; TV Escola; Buda Filmes, 2018. 1 filme (82 min), son., color.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARAÚJO, Cleide Maria Fernandes de; MELO, Walmir Francisco de; RIBEIRO, Cristiane Maria. Atuação dos NEABIs e a implementação de políticas públicas para a educação étnico-racial. **Revista Em favor de igualdade racial**, Rio Branco, v. 8, n. 1, p. 40-58, jan./mar. 2025. DOI: https://doi.org/10.29327/269579.8.1-5.

BACICH, Lilian; MORAN, José (org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 31 mai. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 15 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 49, 19 dez. 2018. Disponível em:

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 31 mai. 2026.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (CONIF); INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO (IFMT). **Extensão tecnológica**: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cuiabá: CONIF/IFMT, 2013.

DALTRO, Mônica Ramos; FARIA, Anna Amélia de. Relato de experiência: uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 223-237, 2019. DOI: https://doi.org/10.12957/epp.2019.43015.

DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). **Diálogos Latinoamericanos**, Aarhus, v. 6, n. 10, p. 16, 2005. DOI: https://doi.org/10.7146/dl.v6i10.113653.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012. Disponível em: https://proexc.ufu.br/sites/proexc.ufu.br/files/media/document/Politica_Nacional_de_Extensao_Universitaria_-FORPROEX-_2012.pdf. Acesso em: 12 mai. 2026.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO OU CARGOS EQUIVALENTES DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (FORPROEXT). **Contribuições para a Política de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília, DF: CONIF, 2015. Disponível em: https://portalv1.ifpb.edu.br/proexc/sobre/politica/xxxiii-forproext-contribuicoes-para-a-politica-de-extensao-2015.pdf. Acesso em: 4 set. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

FLORÊNCIO, Cristiane de Sousa; OLIVEIRA, Francélio Angelo de. Lembranças de infância: valorização do patrimônio cultural afro-brasileiro e indígena. **Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas - NEABIs: experiências extensionistas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE.** Fortaleza: EDIFCE, 2023. p. 143-161. DOI: https://doi.org/10.21439/EDIFCE.44.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul./set. 2012. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000300005.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. Pró-Reitoria de Extensão. **Povo Tremembé e remanescentes de quilombo vivendo em Acaraú: histórias de luta por direitos e reconhecimento.** Organização de Maria do Carmo Walbruni Lima e Isadora Marques Barbosa. Fortaleza: IFCE, 2018. 85 p. ISBN 978-85-475-0067-2. Disponível em: https://acervo.ifce.edu.br/acarau/menu/extensao/cartilha-indigenas-e-quilombolas.pdf. Acesso em 04 set. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE). **Resolução nº 100, de 4 de dezembro de 2019.** Aprova a Política de Extensão. Fortaleza, CE: IFCE, 2019. Disponível em: https://portal.ifce.edu.br/institucional/extensao/politica-de-extensao-do-ifce/ Acesso em: 4 set. 2026.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. rev. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUSSI, Ricardo Fraklin de Freitas; FLORES, Fabio Fernandes; ALMEIDA, Cláudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. DOI: https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010.

SANTOS, Edméa. Cibercultura: o que muda na educação. In: TV ESCOLA. **Salto para o Futuro**: cibercultura, o que muda na educação. Rio de Janeiro: TV Escola, 2011. Disponível em: https://edumidiascomunidadesurda.files.wordpress.com/2016/05/salto-para-o-futuro-cibercultura-o-que-muda-na-educac3a7c3a3o.pdf. Acesso em: 10 mai. 2026.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **Direitos humanos e as práticas de racismo**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. 298 p. (Série Temas de Interesse do Legislativo; n. 19).

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Parecer CNE/CP nº 3/2004: **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2004. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 13 mai. 2026.

SOARES, Wolfgans Amadeus Pongitori. **Identidade, territorialidade e resistência**: um estudo de caso da comunidade Remanescente Quilombola do Córrego dos Iús - Acaraú-CE. 2023. 176 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Humanidades) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, CE, 2023.

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

SOUZA, Weydson Roberto de; RODRIGUES, Kleber Fernando. Contribuições dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas para o antirracismo na Educação Profissional e Tecnológica: um olhar sobre dissertações e teses**. Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 39, n. 2, 2025. DOI: https://doi.org/10.33148/ces.v39i2.2485.

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.